

# Heterotopias em áreas urbanas residuais como práticas comunicacionais criativas<sup>a</sup>

*Heterotopias in residual urban areas as creative communication practices*

Mariana Falcão Duarte<sup>bi</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2984-2821>

Ângela Cristina Salgueiro Marques<sup>cii</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2253-0374>

Recebido em: 09/05/2024. Aprovado em: 08/10/2024

## Resumo

Este artigo aproxima a noção de heterotopia à criação de relações heterogêneas com espaços urbanos simbólicos e de movimento, que são constantemente configurados e reconfigurados nos processos de comunicação e redesenho dos modos de habitar a cidade. Argumentamos que a experiência heterotópica põe em movimento uma rede de alianças voltadas à transformação e à reexistência. Em áreas urbanas residuais, a existência de heterotopias está ligada não à busca de um “paraíso” perdido, mas à criação de espaços seguros que colocam em risco as assimetrias de poder que permeiam a vida dos sujeitos e de sua rede de afetos. Analisamos, a partir de um estudo de caso, como a construção de um jardim pode alterar as possibilidades de agência de sujeitos em situação de vulnerabilidade, redefinindo os vínculos de interdependência, as práticas cotidianas e os imaginários historicamente situados. Tentamos pensar o jardim e também a jardinagem como práticas heterotópicas de resignificação do espaço urbano e de transformação de si mesmo e dos vínculos com os outros. O cuidado do jardineiro é também um gesto ético e político que organiza a partilha de responsabilidades através da abertura a toda alteridade.

**Palavras-chave:** heterotopia; experimentação; jardins urbanos.

## Abstract

This article brings the notion of heterotopia closer to the creation of heterogeneous relationships with symbolic urban spaces and movement, which are constantly configured and reconfigured in the processes of communication and redesign of ways of inhabiting the city. We argue that the heterotopic experience sets in motion a network of alliances aimed at transformation and re-existence. In residual urban areas, the existence of heterotopias is linked not to the search for a lost “paradise”, but to the creation of safe spaces that put at risk the asymmetries of power that permeate the lives of subjects and their network of affections. We analyze, based on a case study, how the construction of a garden can change the possibilities of agency of subjects in vulnerable situations, redefining the bonds of interdependence, everyday practices and historically situated imaginaries. We try to think of the garden and also gardening as heterotopic practices of resignifying urban space and transforming oneself and bonds with others. The gardener's care is also an ethical and political gesture that organizes the sharing of responsibilities through openness to all otherness.

**Keywords:** heterotopia; experimentation; urban gardens.

<sup>a</sup> A realização deste trabalho contou com o apoio do CNPq, da CAPES e da FAPEMIG.

<sup>b</sup> UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – MG – Brasil – E-mail: [melfalcao@gmail.com](mailto:melfalcao@gmail.com)

<sup>c</sup> UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – MG – Brasil – E-mail: [angelasalgueiro@gmail.com](mailto:angelasalgueiro@gmail.com)



## 1 Introdução

Nosso interesse neste artigo é o de investigar como a ação criativa de alguns sujeitos, ao configurar modos de habitar e resistir nas cidades, pode instaurar espaços e experiências heterotópicas, cuja dimensão política está ligada aos desvios instaurados dentro de relações de poder assimétricas. Partimos do argumento de que uma heterotopia é a produção de espaços e tempos que redireciona e redefine a distribuição habitual das coisas, dos corpos e dos discursos que orientam nossa compreensão do mundo.

Michel Foucault (1984), em conferência proferida no *Cercle d'Etudes Architecturales*, em março de 1967, destacou que o “espaço de fora”, ou seja, o espaço em que vivemos e onde nossa vida se desenvolve, é onde somos alçados para fora de nós mesmos, configurando um espaço heterogêneo, composto de conjuntos de relações cujas alocações são irredutíveis umas em relação às outras. Ao longo da conferência, Foucault se concentrou no que ele identificou como as alocações que, embora estejam situadas umas em relação às outras, tem o potencial de suspender, neutralizar ou, até mesmo, inverter o conjunto de relações que designam, refletem ou reflexionam. São espaços que, mesmo estando ligados a todos os demais, conseguem, de certa forma, contradizer seus próprios entornos.

Foucault (2013) separa essas alocações em dois grandes grupos. O primeiro grupo é caracterizado pelas alocações utópicas, que não possuem materialidade ou lugar real, mas se configuram como um modelo aperfeiçoado da sociedade ou até seu próprio inverso. Já o segundo grupo reúne alocações reais, as quais o autor denominou de alocações heterotópicas. Projetadas pelas próprias sociedades e seus sujeitos, são vistas como uma espécie de utopia realizada, lugares que estão fora de todos os lugares, uma espécie de lugar outro que, ainda que efetivamente localizável, reflete, fala e contesta de forma mítica e real as alocações de seu entorno.

Alguns princípios foram elaborados por Foucault na tentativa de descrever e caracterizar as heterotopias. Segundo ele, todas as culturas no mundo constituem suas próprias heterotopias, que ganham formas e contornos variados a depender da cultura onde são criadas. Não há modelos universais de heterotopia, ainda que haja categorias e formas semelhantes passíveis de serem encontradas em diferentes contextos sociais. É o caso, por exemplo, das heterotopias de crise, destinadas aos indivíduos que se encontram momentaneamente instáveis, ou as heterotopias de desvio, como as prisões e casas de



repouso. Com um poder de justaposição do real, que sobrepõe simbolicamente sentidos diversos (como o faz a caixa cênica do teatro quando são encenados mundos estranhos uns aos outros em sua estrutura, ou um jardim persa que reúne alegorias diversas criando um microcosmo), as heterotopias estão associadas também à capacidade de concretizar recortes ou rupturas temporais, constituindo o que Foucault definiu como heterocronias. É o caso dos museus, bibliotecas e arquivos, que promovem uma acumulação do tempo em um lugar imóvel, ou das feiras, festas e eventos, que criam verdadeiros mundos efêmeros capazes de se dissolverem em um curto espaço de tempo.

Foucault finaliza seu texto descrevendo a função que os espaços heterotópicos possuem em relação aos espaços externos de seus entornos. Descrevendo o navio como uma heterotopia por excelência, por representar um espaço fechado em si mesmo que transita pelos mares e se constitui como um lugar sem lugar, o autor argumenta que os espaços heterotópicos se tornam permeáveis sob certas condições, ainda que capazes de se isolar. As formas de articulação de abertura e fechamento desses espaços variam em função de suas ordenações e estão diretamente associadas às dinâmicas comunicacionais presentes nas negociações entre sujeitos para que a passagem de um espaço a outro seja efetivada. As heterotopias podem, inclusive, produzir trânsito entre espaços opostos ao materializarem espaços de ilusão, que tecem uma crítica ao espaço real. São espaços que se tornam oposição aos espaços de fora em função do contraste, se caracterizando como heterotopias de compensação.

De modo geral, Foucault (2004, p. 13) salienta como “a heterotopia tem o poder de justapor em um único lugar vários espaços, várias posições que são em si incompatíveis”. Ele enfatiza que o conceito de heterotopia pode explicar, por exemplo, a confluência entre os diferentes espaços da sociedade e como as relações neles baseadas definem as relações sociais dos indivíduos. Uma heterotopia refere-se a um outro espaço que se cria nos interstícios das redes de poder, nos arranjos e evasões que reconfiguram territorialidades controladas. Assim, a heterotopia mostra um conjunto de relações e o lugar da experiência política de todos os espaços e corpos que encontramos fora do arquipélago da vigilância, mas também evidencia uma forma de reinventar os laços que ligam esse arquipélago a outros, transformando o mundo que habitamos.

Para além dos exemplos apresentados por Foucault em sua conferência, o conceito de heterotopia pode ser expandido para outros formatos que, ainda que não citados pelo autor, nascem e se estabelecem em meio às culturas específicas de cada sociedade. No

caso do Brasil, podemos pensar nas alocações heterotópicas clássicas, alinhadas com os exemplos mencionados na conferência, tais como as penitenciárias, cemitérios e espaços religiosos. Mas podemos expandir o conceito e abarcar outros tipos de conformações espaciais, como as que são produzidas em consequência dos problemas de habitação popular e da ausência de assistência social para grupos em situação de vulnerabilidade, se configurando como um cenário específico presente em nossa cultura e que reflete os desafios encarados pelas políticas públicas e urbanas das grandes metrópoles brasileiras.

Partindo da noção de heterotopia, nosso intuito é avaliar em que medida espaços urbanos residuais podem ser redefinidos a partir de interações, alianças e reconfigurações inesperadas de justaposição de espacialidades e fazeres, dando origem a heterotopias. Por isso, analisamos o caso de um casal em situação de rua, na cidade de Belo Horizonte (MG), que se dedicou a cuidar de um jardim embaixo de um viaduto localizado em uma grande avenida da cidade.

A primeira parte do artigo é dedicada a explorar algumas das contribuições trazidas pelo geógrafo Milton Santos acerca das dinâmicas comunicacionais exercitadas pelas parcelas mais vulnerabilizadas da população das grandes metrópoles. Para ele, ao ocuparem os espaços urbanos e produzirem experimentações de sobrevivência em seus cotidianos, sujeitos vulneráveis colocam em prática formas específicas de negociação, de ser e de estar no mundo. Argumentamos que essas experimentações podem modelar heterotopias, sobretudo a partir das disputas territoriais em grandes cidades. Por isso, a segunda parte do artigo é dedicada à uma breve caracterização dos espaços urbanos residuais, ou seja, pequenos ou grandes trechos sob viadutos, canteiros públicos nas porções centrais e marginais de grandes vias, avenidas e elevados, além de edificações em decadência, abandonadas ou sem manutenção por parte dos proprietários, sejam eles pertencentes ao poder público ou à iniciativa privada.

## 2. Comunicação, espacialidades e cotidiano

Para compreendermos como as dinâmicas comunicacionais perpassam as disputas territoriais nas grandes cidades, é importante entender algumas noções e processos específicos da geografia social, exploradas neste texto através das contribuições do geógrafo Milton Santos no livro *A natureza do espaço* (2006). A definição de espaço geográfico ganha diferentes contornos em função das diferentes correntes, enfoques



metodológicos e recortes temáticos presentes nas diferentes áreas do conhecimento. Milton Santos traz importantes contribuições para as diferentes categorias espaciais dentro da geografia, com base em uma perspectiva mais crítica e humana, que buscou garantir uma análise mais profunda que vai além das análises físicas do espaço.

Definindo o lugar como sendo um recorte sob a ótica da individualidade, Milton Santos argumenta que os sujeitos veem seus próprios corpos como dotados de uma materialidade sensível diante de um mundo fluido, onde “a vertigem da velocidade, a frequência dos deslocamentos e a banalidade do movimento e das alusões a lugares e a coisas distantes” (Santos, 2006, p. 212) criam um contraste característico de um mundo globalizado. Para o geógrafo, cada lugar é um fragmento do mundo de uma maneira própria e que, embora esteja integrado e em comunhão com seu entorno, se difere dos demais por suas particularidades. Para apreender a realidade de cada lugar, é necessário então visitar os diferentes lugares no mundo atual no intuito de encontrar seus significados, algo possível de ser realizado através das considerações sobre seus cotidianos específicos e de suas diferentes variáveis, tais como os objetos, as ações, a técnica e o tempo.

A relação espacial só irá se tornar inteligível a partir da coexistência da diversidade, compondo um cenário onde possibilidades diversas de comunicação são exercitadas. É a partir da multiplicidade das formas de vida que serão ampliadas as possibilidades e as formas de intersubjetividade e interação dentro do território das cidades criando, assim, os sistemas de solidariedade. Milton Santos define a expressão solidária dos mais vulneráveis como sendo parte de uma cultura popular que se relaciona diretamente com o espaço onde se insere, simbolizando o homem e seu entorno e concretizando um desejo do sujeito de “enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade através da mudança” (Santos, 2006, p. 222).

Assim, os mais vulneráveis são àqueles capazes de olhar mais fixamente para o futuro, uma vez que esses sujeitos convivem com um “desconforto criador”, algo experienciado num consumo que é imaginado, mas não é vivido, uma carência fundamental que os torna capazes de perceber, a partir do lugar que habitam, diferentes possibilidades de ser e estar no mundo (Santos, 2006). Residentes das zonas *opacas* das cidades, esses sujeitos habitam os espaços abertos, imprecisos, explorando sua própria criatividade ao subverter ordens que criam “novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva”



(Santos, 2006, p. 221). Entendemos aqui as zonas como territórios “de laços, de misturas, de incertezas, feitos de todos os espaços, a um só tempo frágeis e fecundos, na diversidade contaminada que celebra enodamentos e amplia invenções imaginadas” (Macé, 2023, p. 45). Nessa dinâmica que inaugura novos debates ao contradizer um sistema de costumes, a consciência emerge ao reconhecer esse sistema como um jogo ou como limitação (Santos, 1987, p. 64).

### **Espaços residuais urbanos: zonas para jardinar possíveis**

No estudo das cidades, os denominados espaços residuais são caracterizados por pequenos ou grandes trechos sob viadutos, canteiros públicos nas porções centrais e marginais de grandes vias, avenidas e elevados, além de edificações em decadência, abandonadas ou sem manutenção por parte dos proprietários, sejam eles pertencentes ao poder público ou à iniciativa privada. Estes espaços singulares são chamados também de “espaços disponíveis em estruturas urbanas consolidadas”, considerados, em alguns casos, uma patologia urbana contemporânea por se localizarem em áreas públicas extensas, situadas em grandes corredores viários, excluídas do processo de planejamento e projeto. De acordo com Souza (2020), ao se materializarem na cidade, esses espaços podem ou não ser absorvidos por dinâmicas urbanas espontâneas através de práticas cotidianas, que minimizam demandas particulares ou coletivas dos usuários e que são articuladas através de processos de reconhecimento, negociação e construção de conveniências sociais.

Mas o que significa pensar em alternativas para o uso dos espaços residuais, destituídos de planejamento, nas estruturas urbanas das grandes cidades? Sobras de ações de infraestrutura ou fragmentos espaciais não inseridos na dinâmica urbana, os espaços residuais precisam se inserir nas discussões sobre planejamento urbano, pois são elementos produzidos pelos processos de resignificação dos espaços das cidades em função de seus permanentes ciclos de destruição e criação. As metrópoles são fluidas e se consolidam como uma combinação de vários fluxos que, a todo momento, alteram o panorama das cidades e seus traçados. Há a implantação de novos corredores viários, alargamento de vias, novos bairros são criados, além de processos dinâmicos de mudança de uso das edificações, ações orientadas, muitas vezes, por políticas que privilegiam mais os meios de produção do que a qualidade de vida da população.



Podemos observar essa prática em grandes cidades ao redor do mundo que concentraram esforços na recuperação, despoluição e naturalização de rios urbanos, como é o caso de Seul, na Coreia do Sul (figura 1), Copenhague na Dinamarca, além do Rio Reno na Europa.

**Figura 1** - Rio Cheonggyecheon renaturalizado, Seul, Coreia do Sul



Fonte: Grael (2009)

O modelo ultrapassado de obra para mobilidade urbana, que ainda é implantado nas cidades brasileiras, promove, de acordo com o arquiteto e urbanista Roberto Andrés (2014)<sup>1</sup>, uma degradação das cidades, roubando um espaço que poderia ser utilizado em prol do bem-estar da população e piorando o trânsito. Além da recuperação dos leitos dos rios, outra tendência que tem sido observada em cidades como Toronto, Paris, Berlim e São Francisco (figura 2) é a demolição e supressão de viadutos, vias expressas e pistas elevadas, um tipo de infraestrutura que há décadas era implantada com o objetivo de otimizar o trânsito, mas que na prática acaba por conectar engarrafamentos.

<sup>1</sup> ANDRÉS, Roberto. A política e os viadutos. *El País*, Opinião, 10/07/2014. Disponível em: <https://www.caumt.gov.br/roberto-andres-a-politica-e-os-viadutos/>. Acesso em 26 Dez.2024.

**Figura 2** - Autoestrada California 480, São Francisco



Legenda: Após ter sido danificada pelo terremoto de 1989, estudos concluíram que reconstruir a autoestrada California 480 era muito mais caro do que fazer um parque. Atualmente o lugar tem uma das melhores vistas da baía de São Francisco e conta com muitos quilômetros de passeios para pedestres e ciclistas.

Fonte: Gaete (2020).

Ainda que as áreas residuais sejam geradas por obras que equivocadamente buscam sanar os problemas de mobilidade urbana, há alternativas capazes de trazer vitalidade para esses retalhos urbanos. Quando absorvidos e ocupados, os espaços residuais passam a ser percebidos e vividos pela população, dando origem as chamadas *práticas espaciais* nos *espaços de representação* dos habitantes da cidade, passando a constituir suas identidades ao participarem de seus cotidianos. Por se tratar de espaços localizados muitas vezes em áreas valorizadas, que se situam próximas às externalidades positivas das cidades, servidas de infraestrutura, transporte público, restaurantes comunitários e hospitais, esses locais possuem um potencial que aponta para que sua ocupação seja feita a partir de intervenções que os insira em dinâmicas urbanas voltadas para a população mais vulnerável do entorno. Esse tipo de ocupação, que integra uma espécie de microplanejamento urbano, compondo uma categoria denominada Práticas Urbanas Criativas<sup>2</sup>, pode ser feita por hortas comunitárias urbanas, jardins, academias ao ar livre, espaços destinados às práticas de lazer e cultura e outras destinações capazes de dignificar a vida dessa população, transformando a vida dessas pessoas.

<sup>2</sup> As práticas urbanas criativas envolvem iniciativas que desafiam planejamentos de uso do espaço previsto pela organização urbana dominante, sendo capazes de produzir (e de serem produzidas em) um espaço diferenciado, informal, mas com um sentido próprio. Uma prática criativa, como descrita por Certeau (2003), perturba relações de poder, se infiltra nos intervalos de espaços previamente organizados, elaborando e compartilhando táticas de resistência e transformação de formas de vida situadas.



Embora haja alternativas para o aproveitamento coletivo desses fragmentos urbanos, o que tem se tornado bastante comum nos panoramas das grandes cidades brasileiras é ver a ocupação desses espaços residuais sendo feita por pessoas em situação de rua. A grande maioria se apropria desses espaços residuais esquecidos pelas secretarias de planejamento urbano a possibilidade de fixar moradia, ainda que de forma fragilizada (e sob constantes violências ligadas à raça, gênero e classe), o que deixa claro a deficiência das políticas públicas de habitação e assistência social destinadas às camadas mais pobres da população.

A ocupação das áreas residuais por pessoas em situação de vulnerabilidade social, que consolidam de forma precária suas residências nesses espaços que “sobram”, é uma prática que já vem sendo observada há décadas nos terrenos às margens dos corredores viários da cidade de Belo Horizonte, que se tornou foco de nossa reflexão neste artigo. As obras viárias para o alargamento e duplicação da avenida Antônio Carlos, em 2010, ampliaram o número de pistas para automóveis às custas de um processo de desocupação de suas margens. Foram investidos<sup>3</sup> R\$61 milhões em desapropriações de terrenos que, após dez anos, voltaram a ser parcialmente ocupados por pessoas em situação de rua, que edificaram nos espaços residuais das margens e entre as pistas suas moradias (Mariano, 2017). Embora esses espaços se configurem como áreas públicas não passíveis de ocupação permanente, o poder público municipal ignora a questão, além de agir com violência ao colocar em prática uma arquitetura hostil<sup>4</sup>, denominada “aporofobia”, que instala pedras pontiagudas, grades e espetos nas áreas residuais (figura 3). Para o arquiteto e urbanista Sérgio Myssior, em entrevista a Raul Mariano (2017), muitos habitantes das áreas residuais do centro comercial de Belo Horizonte continuam a optar pelas ocupações precárias às margens de grandes corredores viários, sobretudo porque se localizam estrategicamente na proximidade de serviços básicos, incluindo centros de saúde e comércio.

---

<sup>3</sup> MARIANO, Raul. Dez anos depois, Antônio Carlos volta a ser palco de vandalismo, construções irregulares e lixo, **Hoje em Dia**, 13/06/2017. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/minas/dez-anos-depois-antonio-carlos-volta-a-ser-palco-de-vandalismo-construc-es-irregulares-e-lixo-1.535653>. Acesso em 26 Dez. 2024.

<sup>4</sup> Ao redigir este trabalho, foi regulamentada em 11/12/2023 a Lei Padre Júlio Lancelotti, que proíbe edificações de arquitetura hostil com o intuito de afastar dos espaços livres de uso público as pessoas em situação de rua.

**Figura 3** - Instalação de pedras pontiagudas sob o Viaduto Nansen Araújo em 2012, no complexo da Lagoinha, em Belo Horizonte.



Autor: Alexandre Guzanshe/Em/D.A PRESS. Fonte: Jornal Estado de Minas.

Nesse âmbito, entendemos que heterotopia não é apenas um lugar de solidariedade utópica entre sujeitos desviantes e siderados pelo Estado. Ela é o lugar outro que faz ecoar as formas de vigilância e controle já conhecidas, sendo também onde a nova forma de vida elaborada pela experimentação é desenhada (Foucault, 2013). Ao mesmo tempo, os espaços nos quais os sujeitos se deslocam e os quais habitam são reconfigurados por meio de confluências que originam novas relações dialéticas, que abrangem também temporalidades que conformam suas histórias de vida, promovendo narrativas singulares e interconectadas, reais e imaginadas, tecidas na partilha e no conflito.

### 3. Ocupações precárias: heterotopia e experimentação no jardim

Um levantamento feito em outubro de 2022 pelo Censo Pop Rua<sup>5</sup>, uma parceria entre a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte, identificou um total de 5.344 pessoas vivendo em situação de rua em calçadas, praças, terrenos baldios, embaixo de viadutos ou pernoitando em instituições públicas e privadas de acolhimento da capital (Mariz, 2023). Desse número, 84% são homens com idade média de 42 anos e 82,6% dessa população total é composta por

<sup>5</sup> MARIZ, Clara. População em situação de rua de BH aumenta 192% em oito anos, **Estado de Minas**, Caderno Gerais, 09/02/2023. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/02/09/interna\\_gerais,1455625/populacao-em-situacao-de-rua-de-bh-aumenta-192-em-oito-anos.shtml#google\\_vignette](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/02/09/interna_gerais,1455625/populacao-em-situacao-de-rua-de-bh-aumenta-192-em-oito-anos.shtml#google_vignette). Acesso em 26 Dez. 2024.

pessoas pardas e pretas. Já de acordo com o Observatório Brasileiro de Políticas Públicas, há uma subnotificação no cenário apresentado pela Prefeitura, cuja estimativa real deve variar entre 4 mil e 9 mil pessoas em situação de rua na cidade.

Ainda de acordo com o Censo Pop Rua, quase metade da população em situação de rua em Belo Horizonte veio de outras cidades do estado de Minas Gerais. O tempo de permanência dessas pessoas residindo nas vias da capital, principalmente nas regiões centro-sul e leste da cidade, pulou de 7 anos em 2013 para 11 anos em 2022. O motivo para permanecerem vivendo nessa situação precária, de acordo com o Censo, varia entre problemas familiares, uso de álcool e drogas, e desemprego. O trabalho informal é a principal atividade econômica exercida por essa população, que se divide entre a coleta de materiais recicláveis, venda de balas, frutas, água, lavagem de carros ou prestando serviço de flanelinha nas ruas da cidade.

Wagner Lúcio é um dos moradores em situação de rua residente na área residual sob o Viaduto Angola, situado na Avenida Antônio Carlos próximo ao complexo da Lagoinha, em Belo Horizonte (figura 4). Sua casa, edificada de forma improvisada com tapumes, lonas, papelão e ripas de madeira, não se caracteriza como uma habitação permanente, o que faz com que o poder público ignore a permanência de Wagner, sua companheira Flávia e os cachorros do casal no local. Apoiada parcialmente em um dos grandes pilares que sustenta o viaduto, a casa possui dois quartos e uma sala, batizada de “Espaço de Convivência Dona Alcione”, onde Wagner recebe amigos e visitantes. Mas o que mais encanta quem passa pela área é certamente o grande jardim que Wagner e Flávia plantaram no retalho de pedras sob o viaduto, que agora é repleto das mais diferentes espécies de plantas e flores, muitas delas doadas pela Dona Alcione.

**Figura 4** - Wagner Lúcio no jardim cultivado por ele.



Autor: Tulio Santos/EM/D.A.Press 2023

Batizado de “Jardim Angola”, o espaço, segundo Wagner, pertence a todos, é um local comunitário, um espaço de convivência para os habitantes da cidade e que objetiva, de acordo com as próprias palavras do morador, amenizar o calor de um planeta que se encontra em meio a uma forte crise climática. Wagner limpa o jardim todos os dias e organiza seus objetos de forma a manter o espaço convidativo para quem passa pela área. De acordo com ele, as pessoas se sentem felizes em perceber tanta cor e vida no local. Segundo Wagner (*apud* Salim, 2023, online),

É um choque de realidade ver isso em uma área de risco social por causa de poluição, droga, violência, todo tipo de coisa ruim. A sociedade abandona e aí tem que mandar uma visão que aqui também pode ser um lugar limpo, com flores, organizado, um local aconchegante.<sup>6</sup>

**Figura 5** - Área residual sob o Viaduto Angola antes da ocupação de Wagner.



Fonte: Google Maps.

<sup>6</sup> SALIM, Julia. Em BH: embaixo do viaduto tem um jardim. Estado de Minas, Caderno Gerais, 28/10/2023. Disponível em:

[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/10/28/interna\\_gerais,1583430/em-bh-embaixo-do-viaduto-tem-um-jardim.shtml?fbclid=PAAaaafwOVjJA\\_NIYX4KZLCK9rIv\\_dDCA82XEcfIv4Ia-y2b\\_nh7Q4wtGSSSA#google\\_vignette](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/10/28/interna_gerais,1583430/em-bh-embaixo-do-viaduto-tem-um-jardim.shtml?fbclid=PAAaaafwOVjJA_NIYX4KZLCK9rIv_dDCA82XEcfIv4Ia-y2b_nh7Q4wtGSSSA#google_vignette). Acesso em: 26 dez. 2024.

**Figura 6** - Jardim Angola no início da ocupação de Wagner.



Fonte: Google Maps.

**Figura 7** - Área residual do entorno do Viaduto Angola.



Fonte: Google Maps.

A dedicação e o cuidado com que Wagner e Flávia mantêm o jardim fizeram com o que o espaço criasse um forte contraste com seu entorno. As áreas residuais da Avenida Antônio Carlos são, de maneira geral, cobertas por grama, mato, pedras ou terra batida, não possuindo um projeto paisagístico ou destinação de uso específicos para seus retalhos espaciais (figuras 5, 6 e 7). Ao edificarem um jardim, ainda que em condições não permanentes (uma vez que muitas das espécies estão plantadas em vasos e outros suportes), Wagner e Flávia promoveram uma ruptura na homogeneidade da paisagem hostil de uma área que é conhecida por abrigar dependentes químicos e se situar ao lado de uma das favelas mais violentas da capital. Se aproximando muito da definição que Foucault estabeleceu ao caracterizar os espaços heterotópicos quando os definiu como “lugares fora dos demais lugares”, o Jardim Angola rompe com a expectativa de continuidade do cenário cinza de seu entorno, perturbando o senso comum contido na distribuição habitual das coisas, dos corpos e das existências.

Para efetivar a passagem entre o passeio da avenida e o Jardim Angola é preciso se apresentar pois, embora o jardim seja aberto e convidativo, há uma fronteira invisível entre a avenida e a casa de Wagner e Flávia (figuras 8 e 9). É preciso pedir licença antes de pisar sob aquele trecho do Viaduto, exercitando uma negociação mínima, mas que garante uma recepção muito franca e calorosa do casal.

Figuras 8 e 9 - Wagner em seu Jardim Angola.



Fonte: Fernando Duarte, 2023 (acervo das autoras)

Wagner e Flávia se apropriam da área residual sob o Viaduto Angola reconfigurando suas condições de vulnerabilidade<sup>7</sup> ao se dedicarem a uma operação incessante de busca por novas rotas, desvios, coexistências, justaposições e criações de passagens, travessias, atalhos inesperados, impensados, não controlados por esquemas preconcebidos de constrangimento. Seja na maneira em que a casa da família está edificada, utilizando os materiais disponíveis encontrados no meio urbano, ou no planejamento e construção do Jardim Angola, eles colocam em prática uma elaborada negociação ao reconhecer a possibilidade de uma margem de manobra, de uma linha de fuga, dentro da ordem urbana. Ao ocuparem uma área pública com um jardim que é usufruído e admirado por todos, a própria presença do jardim é o que torna viável a permanência do casal na área, argumentando ao poder público, de forma silenciosa, que

<sup>7</sup> Segundo Butler (2019), a vulnerabilidade possui uma dimensão política que requer que pensemos não apenas nas ameaças sociais ao corpo e suas formas de aparecimento, mas sobretudo nas redes de sustentação que amparam a existência nas esferas privada, institucional e política. Tais processos são sempre relacionais e demandam atenção tanto às negociações, quanto às recusas ao engajamento com certas realidades e instituições. A agência e o cuidado são processos relacionais que se encontram distribuídos na imbricação da atuação das pessoas em várias redes entramadas de coexistência (biológicas, políticas, familiares, organizacionais, etc.), mobilizando muitos detalhes e miudezas que são tão vitais para a sustentação da existência em comum.

é possível dar uma destinação inteligente aos preciosos espaços residuais, que carecem de ocupação e de sujeitos interessados em sua manutenção.

A proximidade geográfica com outros moradores em situação de rua, residentes de áreas residuais próximas ao complexo da Lagoinha, torna possível o compartilhar de experiências, criando uma rede de solidariedade com apoio mútuo. Os grupos compartilham materiais, água coletada, fogo em noites frias e até alimento. W. Dias Silva (apud Lopes, 2012, online), morador em situação de rua de uma área próxima ao complexo, diz

A gente fica tudo junto. Todo mundo é irmão, amigo. Um vem e traz uma garrafa de pinga, um cigarro. A comida a gente pede no comércio. Hoje vamos fazer muxiba de frango com pimentão.<sup>8</sup>

Para além da simples concretização do Jardim Angola, o desejo de Wagner é de inspirar outros moradores em situação de rua a adotarem outros espaços residuais onde habitam. E esse desejo já começou a se concretizar: ao lado do terreno de sua casa, em outro trecho residual, um pequeno jardim ganha suas primeiras espécies. Inspirado pelo Jardim de Wagner, novas heterotopias de compensação promovem experimentações que desafiam dispositivos de controle, criando sempre múltiplos arranjos espaciais e simbólicos de resistência.

**Figura 10** - Jardim Angola, setembro de 2023.



Legenda: Ao fundo do lado direito, um novo jardim começa a surgir por influência de Wagner. Autor: Fernando Duarte, 2023 (acervo das autoras).

<sup>8</sup> LOPES, Valquíria. Nova lei desafia prefeitura a retirar moradores de rua dos viadutos, **Estado de Minas**, Caderno Gerais, 30/03/2012. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/03/30/interna\\_gerais,286315/nova-lei-desafia-prefeitura-a-retirar-moradores-de-rua-dos-viadutos.shtml#google\\_vignette](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/03/30/interna_gerais,286315/nova-lei-desafia-prefeitura-a-retirar-moradores-de-rua-dos-viadutos.shtml#google_vignette). Acesso em 26 Dez 2024.

**Figura 11:** Jardim Angola, setembro de 2023.



Autor: Fernando Duarte, 2023 (acervo das autoras).

O encontro com Wagner nos leva a pensar em como a arte da jardinagem é uma arte de transformar perspectivas, com pedagogias críticas que oferecem uma oportunidade de sensibilização para os problemas ambientais e urbanos ligados à desigualdade. Trabalhar na criação do jardim significa abrir brechas para a aparência política daquilo que nunca foi visto. A heterotopia criada a partir da temporalidade intervalar da zona onde o jardim é moldado tece um conjunto de fios, elementos, fluxos, corpos e objetos heterogêneos: aproxima-os, coloca-os em tensão, modifica seu posicionamento no tempo, no espaço, nos processos de aparência. Acima de tudo, é uma ruptura com a previsibilidade e a criação de narrativas experimentais e dissidentes (Benjamin, 2009). Assim, o diálogo com Foucault (2013) nos oferece a oportunidade de refletir sobre o jardim como espaço de produção de táticas reflexivas capazes de transformar as condições de desigualdade que naturalizam a divisão entre vidas a serem preservadas e aquelas dignas de desprezo. Na experiência do jardim, a emancipação é um processo relacional de afirmação e interdependência. A autonomia é cultivada a partir da intersecção entre múltiplos espaços e tempos onde o aparecimento e o desaparecimento produzem uma comunidade de partilha (Certeau, 2003), arranjos e alianças entre o visível e o invisível.

O jardineiro é capaz de reconfigurar o espaço lúdico, o espaço de convivência, o lugar da resistência política inventiva. Ele amplia as possibilidades de criar proximidades, mediações, enodamentos entre formas de vida que “cooperam entre si, alojando-se nos



interstícios do capitalismo, no que ele permite sem perceber, mudando ritmos e propondo histórias, dificultando os gestos de pilhagem” (Macé, 2023, p.37). Walter Benjamin (2009) caracterizou o espaço lúdico como um “espaço vazio”, uma abertura para as ocupações cotidianas que trazem movimento, a lacuna que sacode a vida, que amplifica margem de manobra. Esse espaço de jogo é descrito por Benjamin como propício à brincadeira, porque brincar (*play*) é experimentar, é transformar. Um espaço lúdico (*Spielraum*) é, portanto, um espaço político, de resistência e invenção, de transformação. Sob esse aspecto, a criação de um espaço lúdico é urgente e necessária, como uma alternativa conflituosa e dissensual à comunidade que se organiza em torno do neoliberalismo: fazer e habitar um lugar onde uma heterotopia possa ocorrer na vida cotidiana, apesar das exigências, do controle e da rigidez produtivista das sociedades capitalistas (Gagnebin, 2020). A noção de *Spielraum* refere-se em Benjamin (2009) à abertura de margens de manobra para lidar com o controle, aos intervalos e respiro e à flexibilidade que permitem desvios rumo à criação de espaços livres para o que é mais “precioso” (*Raum für das Kostbare*), evidenciando como os objetos e espaços do cotidiano oferecem expressão à resistência, à inventividade e à experimentação.

O jardim é um espaço de jogo onde o gesto de experimentação e o conjunto provisório de outras ordenações criam outros espaços e tempos de modo a abalar dados probabilísticos e expectativas pré-definidas. O espaço lúdico do jardim é o lugar de construção de um acontecimento inesperado e não narrativo: caminhar pelo jardim torna legível o trabalho das sensações, a sua operação de mudança no fosso que se abre entre o que é familiar e o que é estranho (Certeau, 2003). O jogo abre um espaço liminar e produz a chance de criar relações originais nas quais as linhas entre caminhos já conhecidos se confundem, induzindo novas distâncias, novas relações entre elementos e sujeitos heterogêneos, das quais emergirá uma experiência estética potencial (Barrento, 2012; Mortimer, 2020). O espaço lúdico configura uma aproximação entre o limiar e a potência emancipatória de transformação do campo de experiência: ao adentrar no jardim, o sujeito se encontra em uma temporalidade espiralada na qual se beneficia da abertura de pequenas lacunas temporais e espaciais nas viagens e movimentos, em que a suspensão de determinados percursos, planos ou intenções pré-estabelecidos permite experiências inusitadas e liminares.

O limiar (Benjamin, 2009) indica transição, movimento de passagem, zona de fluxo e contrafluxo. O limiar engloba hesitação e suspensão: podemos permanecer no

limiar, mas não ficamos imobilizados, porque, segundo Benjamin (2009), é a “casa do sonho, da fabulação”, do desvio que opera pela “renúncia ao caminho reto e direto em favor da errância, renúncia ao curso ininterrupto da intenção” (Gagnebin, 2014, p.70).

Experimentar pelo jardim implica fazer parte de uma pedagogia emancipatória (Freire, 1974), uma vez que “o jogo dos passos molda espaços, tece lugares, produz caminhos e desvios, valorizando o presente, a descontinuidade e o óbvio” (Certeau, 2003, p.177). Brincar no jardim “transforma cada significante espacial em outra coisa: cria atalhos, desafia proibições, seleciona e atualiza fragmentos da cidade” (Certeau, 2003, p.179). Enquanto espaço de experimentação, o jardim é um outro espaço, uma nova forma de habitar a cidade, ao abrir a nossa percepção para uma outra compreensão deste mundo, ao trazer à tona algo “precioso”. Um jardim é cultivado, imaginado, sonhado, implicando envolvimento, consideração, produção de linhas de fuga, de respiro (Macé, 2023). Segundo Benjamin, “o precioso” é essa nova apropriação, que permite aos objetos transformarem as suas funções, moverem-se com os gestos e movimentos intersubjetivos das pessoas no curso da vida cotidiana. Ou seja, o espaço ganha vida a partir desse movimento, dessa troca para quem por ele passa, constituindo-se assim como esse espaço de jogo.

Experimentar em um espaço vazio, um espaço para brincar e transformar aproxima heterotopia e limiar, evidenciando a dimensão estética e política do gesto de reconfigurar a si mesmo, seus espaços-tempos de existência e os vínculos que mantém a possibilidade das redes de interdependência que asseguram a continuidade de ambos. O espaço liminar do jardim é também fonte de produção de ritmos e temporalidades indeterminadas, em desacordo com o tempo do capitalismo e com a potência de instalar uma forma de vida comum, em constante devir, amparada por redes que se fazem e se refazem de maneira constante a partir do envolvimento de quem se dedica a jardinar os possíveis (Macé, 2023).

Por isso, os espaços heterotópicos também podem ser espaços liminares, pois permitem ao indivíduo olhar para fora de si, onde a reflexividade representa o caminho da ruptura (Dewey, 2005), da transformação e da transgressão, no sentido de fazer outra coisa, e de se tornar um indivíduo além de seu “eu original” (Foucault, 2013). As heterotopias contêm pontos de interseção com espaços “normais”, mas deles se afastam criando zonas de transição, onde coexistem propriedades heterogêneas simultaneamente, dando origem a experiências liminares. As experiências heterotópicas atuam em favor de



uma fabulação liminar que contraria a ordem consensual, atestando a impossibilidade de fixação dos destinos e do seu sentido. Tais experiências resultam de formas de resistência aos modelos majoritários e prescritivos de tradução e acomodação da existência, da alteração da função dos enunciados legitimados, oferecendo as condições afetivas, políticas e sociais para a transformação das condições de vulnerabilidade e uma constelação de relações intersubjetivas capazes de instaurar outro imaginário político.

#### 4. Considerações finais

Vimos como as áreas residuais são sobras espaciais que se situam em brechas que, muitas vezes, escapam ao controle das forças hegemônicas ao se tornarem possibilidades de ocupação de sujeitos que articulam de forma inteligente e criativa maneiras subversivas de apropriação compartilhada de espaços públicos. Com a possibilidade de trazer benefícios que se estendem para toda a cidade, ainda que sejam ocupações precárias feitas por sujeitos vulneráveis que necessitam de apoio e assistência em diferentes instâncias, a formalização dessas ocupações poderia integrar um conjunto de melhorias que vai, desde a otimização da paisagem urbana e a queda do *déficit* habitacional, até um programa de assistência social de pessoas em situação de vulnerabilidade, que poderiam trabalhar na administração de jardins urbanos e hortas comunitárias.

Em Belo Horizonte, a agência criativa de pessoas em situação de rua revela bricolagens e gambiarras nesses espaços liminares, potencializando a experiência heterotópica que pode dar origem a transformações e rupturas capazes de oferecer linhas de fuga, rotas imprevistas e margens de manobra que vão potencializar a agência de vidas inéditas, ameaçando a governamentalidade<sup>9</sup> racista e neoliberal. A força da gambiarra, das táticas da jardinagem e das astúcias desviantes promovem uma reflexão em torno do “comum”, ou seja, dos arranjos necessários para articular corpos, palavras, imagens e

---

<sup>9</sup> Utilizamos aqui o conceito elaborado por Michel Foucault (2004) e mencionado por Mariléa de Almeida (2022, p.35). Foucault fala da arte de governar a partir de práticas de controle sobre a população (biopolítica), da racionalidade administrativa e do controle das condutas individuais (poder pastoral). Mariléa menciona como a governamentalidade age sobre pessoas negras da seguinte maneira: “a governamentalidade racista se exprime de três formas: através da burocracia extrema (que dificulta a demanda por direitos), a exotização dos corpos e de práticas culturais (que afirma a desumanização) e o acesso muito precário às políticas públicas (que amplifica condições de vulnerabilidade). Em outras palavras, são criados mecanismos biopolíticos e de racionalidade neoliberal para perpetuar as desigualdades”.

coisas em uma comunidade mais ampla de atos de pensamento e de criação, de escuta e de resposta que contemplem o cuidado como potência política coletiva.

Acreditamos que o conceito de heterotopia pode nos auxiliar a considerar uma experiência e suas experimentações a partir de uma perspectiva relacional, política e comunicacional particular. Como diz o próprio Foucault (2013), uma heterotopia é um trabalho, uma operação incessante de busca de novos itinerários, desvios, coexistências, justaposições e criação de passagens, cruzamentos, atalhos inesperados, irrefletidos, não controlados por esquemas de constrangimentos pré-concebidos. “As heterotopias iluminam assim campos espaciais imaginários, um conjunto de relações que não se separam das estruturas e ideologias dominantes, mas vão contra o fluxo e oferecem linhas de fuga [...]” (Foucault, 2013, p. 76).

Vimos que é possível entender a heterotopia como forma de experiência política e estética que abre a possibilidade de produzir alianças baseadas no cuidado de si e dos outros, distinguindo-se das práticas disciplinares de controle. Uma heterotopia é fruto de uma agência contínua de sujeitos e grupos que produzem arranjos capazes de oferecer respostas a urgências, redesenhando continuamente suas formas de vida.

## Referências

ALMEIDA, Mariléa de. **Devir quilomba**. São Paulo: Ed. Elefante, 2022.

ANDRÉS, Roberto. A política e os viadutos. **El País**, 10/07/2014. Disponível em: <https://www.caumt.gov.br/roberto-andres-a-politica-e-os-viadutos/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

BARRENTO, João. **Limiares. Sobre Walter Benjamin**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução de Irene Aron. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo: Ed. 34, 2023.

BERTH, Joice. **Se acidade fosse nossa: Racismo, falocentrismo e opressões nas cidades**. Rio de Janeiro: Paz e Tera, 2023.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2003.



DEWEY, John. **L'art comme expérience**. Pau: Farrago, 2005.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. **Architecture, Mouvement, Continuité**, n.5, p.46-49, outubro 1984.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da Liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos escritos, v.V, Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-293.

FOUCAULT, Michel. **O Corpo utópico, As Heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pédagogie des opprimés** suivi de Conscientisation et révolution. Paris: François Maspéro, 1974.

GAETE, Constanza Martínez. Seis cidades que trocaram suas rodovias por parques urbanos, 01/11/2020. **ArchDaily Brasil**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/601277/6-cidades-que-trocaram-suas-rodovias-por-parques-urbanos>. Acesso em: 26 dez. 2024.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Sobre a noção de Spielraum em Walter Benjamin : resistência e inventividade. In: SOUZA, Ricardo Timm de *et al.* (orgs.). **Walter Benjamin: barbárie e memória ética**. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2020, p.63-73.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Ed. 34, 2014.

GRAEL, Alex. **Cheonggyecheon**: em SEUL, Coreia, um viaduto construído sobre um rio é demolido e dá lugar a um parque fluvial, Blog, 19/11/2009. Disponível em: <http://axelgrael.blogspot.com/2009/11/cheonggyecheon-em-seul-coreia-um.html>. Acesso em: 26 dez. 2024.

LOPES, Valquíria. Nova lei desafia prefeitura a retirar moradores de rua dos viadutos, **Estado de Minas**, Caderno Gerais, 30/03/2012. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/03/30/interna\\_gerais,286315/nova-lei-desafia-prefeitura-a-retirar-moradores-de-rua-dos-viadutos.shtml#google\\_vignette](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/03/30/interna_gerais,286315/nova-lei-desafia-prefeitura-a-retirar-moradores-de-rua-dos-viadutos.shtml#google_vignette). Acesso em: 26 dez. 2024.

MACÉ, Marielle. **Nossas cabanas**: lugares de luta, ideias para a vida comum. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

MARIANO, Raul. Dez anos depois, Antônio Carlos volta a ser palco de vandalismo, construções irregulares e lixo, **Hoje em Dia**, 13/06/2017. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/minas/dez-anos-depois-antonio-carlos-volta-a-ser-palco-de-vandalismo-construc-es-irregulares-e-lixo-1.535653>. Acesso em: 26 dez. 2024.

MARIZ, Clara. População em situação de rua de BH aumenta 192% em oito anos, **Estado de Minas**, Caderno Gerais, 09/02/2023. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/02/09/interna\\_gerais,1455625/populaca](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/02/09/interna_gerais,1455625/populaca)



o-em-situacao-de-rua-de-bh-aumenta-192-em-oito-anos.shtml#google\_vignette. Acesso em: 26 dez. 2024.

MORTIMER, Junia. Poéticas de arquivo como práticas urbanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, n. 1, p.1-29, 2020.

SALIM, Julia. Em BH: embaixo do viaduto tem um jardim. **Estado de Minas**, Caderno Gerais, 28 out. 2023. Disponível em:  
[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/10/28/interna\\_gerais,1583430/em-bh-embaixo-do-viaduto-tem-um-jardim.shtml?fbclid=PA\\_AaaafwOVjJA\\_NIYX4KZLCK9rIv\\_dDCA82XEcfIv4Ia-y2b\\_nh7Q4wtGSSSA#google\\_vignette](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/10/28/interna_gerais,1583430/em-bh-embaixo-do-viaduto-tem-um-jardim.shtml?fbclid=PA_AaaafwOVjJA_NIYX4KZLCK9rIv_dDCA82XEcfIv4Ia-y2b_nh7Q4wtGSSSA#google_vignette). Acesso em: 26 dez. 2024.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, Karina Martins de. **A dinâmica dos espaços residuais na cidade contemporânea: o caso da cidade nova e arredores**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020, 184f.

---

<sup>i</sup> Doutoranda em Comunicação Social pelo PPGCOM-UFMG.

<sup>ii</sup> Doutora em Comunicação Social pela UFMG. Pós-doutora em Ciências da Comunicação pela Université Stendhal, Grenoble III. Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG.

